

COMO OCORREM OS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DAS ENGENHARIAS?

¹Juan Franc's Lima de Moura, discente de graduação, Universidade Federal do Pampa, Campus Caçapava do Sul
Ariely Venancio Marques, discente de graduação, Universidade Federal do Pampa, Campus Caçapava do Sul
Cátia Munhoz Vieira, discente de graduação, Universidade Federal do Pampa, Campus Caçapava do Sul
Liara Londero de Souza, Assistente Social – Interface do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade, Universidade Federal do Pampa, Campus Caçapava do Sul
Deise Lisiane Soares Luiz, Educadora Especial/Tradutora e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, Universidade Federal do Pampa, Campus Caçapava do Sul

¹juanmoura.aluno@unipampa.edu.br

A pessoa com deficiência possui direitos e deve ocupar todos os espaços na sociedade, entre eles, o direito de estar em sala de aula e ter acesso a ensino de qualidade. A educação inclusiva está relacionada às práticas pedagógicas que visam tornar o ambiente de aprendizagem um local justo, com equidade e aprendizagem para todos. O Ensino Superior contempla um desafio maior no âmbito educacional, haja vista a necessidade de formar profissionais para o mercado de trabalho de modo a abordar visões teóricas e práticas de uma área específica do conhecimento. As engenharias, conhecidas popularmente como “ciências duras” que trabalham com aspectos mensuráveis do conhecimento, uma vez que a maioria do corpo docente é formado por profissionais engenheiros, com carências didáticas e práticas pedagógicas da grande área, que muitas vezes, necessitam uma série de adaptações de materiais com acessibilidade e diversificação no processo do fazer pedagógico, fatos estes, que apontam barreiras e caracterizam os cursos como seletivos distanciando-se do direito da pessoa com deficiência e do dever de educar para todos. Dessa forma, este trabalho teve como objetivo avaliar as barreiras no ensino e aprendizagem do aluno com deficiência e identificar o quadro da educação inclusiva em cursos de engenharia. Como metodologia, foram realizadas pesquisas de caráter qualitativo em materiais bibliográficos e mecanismos digitais de pesquisa, utilizando dados e artigos científicos com foco na perspectiva inclusiva no Ensino Superior e as legislações vigentes no cenário brasileiro, com a finalidade de auferir dados que contemplassem as ferramentas da engenharia como principal foco de estudo no panorama da inclusão. A importância do acesso ao conhecimento é inquestionável, na sociedade do século XXI, onde a discussão do saber contemporâneo engloba a necessidade de viabilizar a igualdade de aprendizado. No Brasil, a Pessoa com Deficiência garantiu acesso à aprendizagem apenas em meados da década de 80, quando essa população segregada, vista até então como incapaz de serem educados, são contemplados na constituição, no art. 208 de 1988, apresentando ao estado a obrigação do Atendimento Educacional Especializado, que ganha nomenclaturas e preocupações importantes em 1996, na LDB que apresenta o art. 58. Mas, somente a resolução CNE N° 4/2009 traz diretrizes específicas para a modalidade da Educação Especial, Sala de Recursos Multifuncionais, centros de atendimento e ainda, a Lei N° 13.146/2015 apresenta o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Atualmente, já foram

garantidos através do decreto N° 10.502/2020 o direito à equidade de aprendizado e a formação do indivíduo com deficiência não somente no espaço acadêmico, mas ao longo de toda a vida. Contudo, segundo diversos institutos de pesquisa e ingresso de universidades como o Prouni a nível nacional, os cursos de engenharia aparecem entre os mais difíceis. Fundado em 1747, na França, é um dos cursos mais antigos do mundo (Macedo, 2016), inicialmente qualificando construtores e atualmente apresenta mais de cinquenta variações. Segundo dados de 2019, 0,5% dos estudantes matriculados em engenharia no Brasil são alunos PcD, auferindo vasta representatividade em relação ao número destes educandos em nível de graduação. Portanto, compreender o espaço da pessoa com deficiência na engenharia, é também avaliar a construção dos processos formativos dos profissionais focados em soluções exatas de problemas concretos, que aplicam a habilitação demandada de maneira que devem atender todas as especificidades do aluno e ainda, contemplar a inovação e ideais no exercício de criação do discente, o que na maioria dos casos não ocorre. A maior dificuldade no contexto dessa ciência é a abordagem baseada em soluções técnicas e utilização de tecnologias de esfera específica, o que constata que a raiz dessa inópia está no processo de construção do currículo dos cursos, que limitam o conhecimento à métodos desiguais. Ainda é possível salientar que os mesmos profissionais formados são os atuais e serão os futuros preceptores do conhecimento, o que interfere de forma abrupta na ruptura da hierarquia sistemática da forma de educar e dificulta a solução da problemática. Conclui-se que as barreiras no ensino e aprendizagem do aluno com deficiência na engenharia é estrutural e tem escala gradual, tendo em vista que a concepção da ciência é limitada a métodos insuficientes ao apresentar problemas desde a criação base agregados a falta de tecnologias que intencionam o desenvolvimento inclusivo, atingindo profissionais e por consequência os alunos. Portanto, é possível avaliar que a educação inclusiva apresenta uma proposta de redefinição educacional não somente para o segmento da educação especial, mas decorre também da atribuição de um meio ambiente com equidade ao representar as diferenças e especificidades do indivíduo através de adaptações e inovações que promovam a sustentabilidade educacional de toda a sociedade.

Agradecimentos: Núcleo de Inclusão e Acessibilidade, UNIPAMPA- Campus Caçapava do Sul

Palavras-chave: Educação inclusiva; Engenharia; Pessoa com Deficiência.